



**COMISSÃO ESPECIAL**  
**PARECER AO PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 01/ 2022**

**I – RELATÓRIO**

De iniciativa da vereadora **Cecília Ferramenta**, vem a exame desta Comissão Especial o Projeto de Resolução em epígrafe que “Concede Medalha do Mérito Legislativo ao Senhor Altair de Jesus Vilar Guimarães”.

**II – FUNDAMENTAÇÃO**

A Medalha de Mérito Legislativo encontra-se prevista na Resolução Nº 281/1998, que estabelecia o número máximo de 12 projetos que concedem Medalhas do Mérito Legislativo a serem apresentados e votados pela Câmara Municipal de Ipatinga no decorrer de cada ano legislativo. Posteriormente, a Resolução 367/2003 estipulou que cada Vereador poderia conceder uma Medalha do Mérito Legislativo em cada sessão legislativa.

O art. 2º, da Resolução 281/98 estabelece os requisitos para a concessão da Medalha, vejamos:

Art. 2º - O título de que trata o artigo anterior será concedido aos cidadãos, ipatinguenses ou não, que tenham contribuído de forma efetiva para o Município de Ipatinga da seguinte forma:

I - prestação de relevantes serviços ao município;

II - demonstração de interesse na solução de problemas locais, mesmo não tendo em Ipatinga o seu domicílio;

III - participação na elaboração de relevantes projetos de lei de interesse municipal;

IV - contribuição no sentido de elevar o nome da cidade de Ipatinga na área esportiva, cultural, social, religiosa, política, econômica ou ambiental.

Parágrafo único - Todas as informações referentes às contribuições prestadas ao município deverão constar de justificativa anexa ao projeto.



Por sua vez, o Regimento Interno desta Casa, também regulamenta a concessão da Medalha do Mérito Legislativo, em seu art. 167, inciso V, onde prevê a concessão da homenagem; no art.192, quanto ao prazo e composição da Comissão Especial incumbida de dar parecer às proposições; no art. 193, § único, estabelece o número máximo de medalhas a serem outorgadas por vereador; e no art. 235, inciso IV, determina o *quorum* para a votação dos projetos de resolução concedendo Medalha.

No projeto de resolução em apreço, considerando, a competência legal atribuída ao vereador para a concessão de medalhas de mérito legislativo; que o autor da matéria ainda não alcançou na presente sessão legislativa, o limite máximo permitido pelo parágrafo único do art. 193 do Regimento Interno; e que, no caso em análise, foram preenchidos os requisitos legais para a outorga do título à pessoa indicada pelo vereador para receber a homenagem. Destarte, não se vislumbra nenhum óbice quanto à legalidade da proposição.

### **III - CONCLUSÃO**

Diante do exposto, esta Comissão Especial manifesta-se favorável à aprovação da matéria quanto à sua legalidade, cabendo ao Plenário decidir no tocante ao mérito.

Plenário, Elísio Felipe Reyder, em 23 de agosto de 2022.

#### **COMISSÃO ESPECIAL**

  
**Wellington Ramos**

**MEMBRO**

  
**Ademir Claudio Dias**

**MEMBRO**

**João Francisco Bastos**

**MEMBRO**